

## **Declaração Conjunta da XXVII Cimeira Luso-Espanhola 4 de junho de 2014**

Realizou-se em Vidago a XXVII Cimeira luso-espanhola, presidida pelo Primeiro-ministro de Portugal, Pedro Passos Coelho, e pelo Presidente do Governo de Espanha, Mariano Rajoy Brey. Esta permitiu fazer um balanço sobre as várias áreas da profícua cooperação bilateral, e ainda uma troca de pontos de vista sobre as questões mais relevantes da agenda europeia e internacional.

No quadro da Cimeira teve também lugar o IV Conselho Luso-Espanhol de Segurança e Defesa, quadro de referência da cooperação dos dois países nas áreas da Segurança e Defesa, que foi presidido pelos dois Chefes de Governo.

A realização da Cimeira teve lugar no ano em que se celebra o 150º aniversário da assinatura do Tratado de Limites, expressão das excelentes relações entre Portugal e a Espanha.

Os Chefes de Governo congratularam-se com a conclusão do Programa de Assistência Económica e Financeira em Portugal, e do Programa de Assistência Financeira para a Recapitalização de Instituições Financeiras em Espanha. É agora especialmente necessário que, aos exigentes esforços nacionais de reforma e consolidação orçamental dos últimos anos, correspondam passos decididos a nível europeu, envolvendo todas as instituições e Estados-membros, em vista de um funcionamento mais harmonioso e inclusivo da área do Euro e da União Europeia.

Assinalaram igualmente o surgimento de resultados dos respetivos processos de reforma que permitem encarar o futuro com reforçada confiança. Reiteraram o seu empenho na necessidade de prosseguir as reformas para melhorar a competitividade, e promover o crescimento e emprego, sublinhando, ao mesmo tempo, que os custos sociais e económicos dos elevados níveis do desemprego, nomeadamente do desemprego jovem, tornam urgente uma resposta europeia, célere e concertada. Com este objectivo, afirmaram a prioridade que constituem a reforma dos mercados de trabalho e as políticas ativas de emprego, e comprometeram-se a mobilizar parceiros ao nível local, regional, nacional e europeu, tirando partido das várias fontes de financiamento disponíveis, nomeadamente do novo Quadro Financeiro Plurianual, para reduzir o desemprego e a segmentação laboral. Neste sentido, foram concertadas posições tendo em vista a participação na III Cimeira sobre Desemprego Jovem, que se realizará em Turim.

Os Chefes de Governo analisaram atentamente os resultados das eleições para o Parlamento Europeu. Assinalaram, nesse contexto, a maioria sólida obtida pelos partidos defensores do projeto europeu e reconheceram a necessidade de focar a ação da União nas questões prioritárias para os cidadãos.

Os Chefes de Governo reiteraram o seu compromisso de aprofundar o projecto europeu, completar a União Económica e Monetária, bem como reforçar a legitimidade democrática.

Em matéria de integração financeira congratularam-se pelos acordos alcançados para por

em marcha a União Bancária e, em particular, o Mecanismo Único de Supervisão, o Mecanismo Único de Resolução, e o Fundo Único de Resolução, cuja aplicação atempada é fundamental para quebrar a ligação entre o risco bancário e o risco soberano, a recuperação da confiança dos agentes económicos, a solidez do Euro e a estabilização dos mercados financeiros.

Assinalaram ainda os desafios que persistem quanto à fragmentação dos mercados de crédito na zona euro, situação que exige uma solução global a nível europeu, incluindo da parte do Banco Central Europeu. Neste contexto, sublinharam também o papel do Banco Europeu de Investimentos e da sua capacidade de intervenção contra-cíclica e a particular relevância da criação de instrumentos ajustados a cada país.

Em matéria de integração económica reiteraram o objetivo fundamental de prosseguir o aprofundamento do Mercado Único Europeu nos seus diversos domínios, e sublinharam que a Livre Circulação de Pessoas constitui um elemento estruturante da integração europeia.

Expressaram a vontade de cooperar para reforçar o objetivo de uma política europeia de comércio e investimento que garanta o acesso dos produtos e empresas europeias a novos mercados e lhes assegure condições de concorrência equitativas. Sublinharam, neste contexto, o seu empenho na conclusão da Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento e no avanço das negociações entre a UE e o Mercosul, e a vontade em trabalhar em conjunto para alcançar estes objetivos. Expressaram também a sua vontade que o processo de reforma dos Instrumentos de Defesa Comercial se traduza em instrumentos eficazes que defendam adequadamente a nossa indústria das práticas desleais, ao mesmo tempo que promovam o crescimento de cadeias globais de valor.

Os Chefes de Governo manifestaram a sua satisfação com os resultados da cooperação nos planos bilateral e multilateral – nomeadamente nos Conselhos da UE, no G-4, constituído entre Portugal, Espanha, França e Marrocos, na Conferência de Ministros do Interior do Mediterrâneo Ocidental (CIMO) e das reuniões de Ministros do Interior das Cimeiras Ibero-americanas – levada a cabo no domínio da Administração Interna, em particular em matéria da luta contra o terrorismo, criminalidade e imigração ilegal.

Os Chefes de Governo reiteraram a necessidade de uma abordagem global da União Europeia ao fenómeno migratório, permitindo fazer face à intensificação dos fluxos de imigração ilegal que afetam, em particular, os países do Mediterrâneo.

Enalteceram, também, a excelente colaboração desenvolvida no âmbito da final da Liga dos Campeões, que decorreu em Lisboa, no passado dia 24 de maio.

Neste contexto, assinalaram a importância da cooperação transfronteiriça e, congratulando-se com os avanços registado desde a última Cimeira, decidiram reforçar a cooperação já existente. Neste sentido, sublinharam a necessidade de concluir a revisão do Protocolo Adicional em matéria de combate a incêndios florestais com o objetivo de alargar as intervenções a outras operações de proteção e socorro.

Portugal e Espanha reiteraram a importância de garantir a qualidade e capacidade das comunicações nas regiões fronteiriças, em particular no que concerne às freguesias que

tendencialmente se encontram sem cobertura de banda larga móvel e reafirmaram a sua disponibilidade para cooperar com vista à concretização da libertação do espectro na faixa dos 800 MHz por parte de Espanha, o que se mostra decisivo para o desenvolvimento das comunicações eletrónicas e para o cumprimento das metas da agenda digital em ambos os países.

Reiteraram ainda o seu empenho no desenvolvimento do transporte ferroviário de mercadorias entre os dois países e o resto da Europa de forma a promover a sua competitividade e, deste modo, das respetivas economias e, congratularam-se com a entrada em funcionamento do Corredor Ferroviário de Mercadorias do Atlântico em 10 de novembro de 2013 que contribuirá para uma melhoria da eficiência do transporte ferroviário de mercadorias. Instaram os gestores de ambos Países a operacionalizar o Grupo de Trabalho estabelecido na Declaração de Intenções assinada em 17 de maio de 2013.

Reafirmaram a importância estratégica das ligações ferroviárias transfronteiriças Lisboa-Sines-Caia-Madrid-Irún e Aveiro-Salamanca-Irún, as quais através de uma implementação calendarizada da bitola europeia, da eletrificação e de condições na infra-estrutura para a circulação de comboios de mercadorias de 750 m, com pendentes adequadas, permitirão o transporte de alta capacidade de mercadorias na Península Ibérica e além Pirenéus. Deste modo, acordaram em trabalhar de maneira coordenada nas intervenções, já iniciadas ou futuras, que permitam impulsionar o desenvolvimento destes corredores.

Quanto à Ligação Ferroviária Porto-Vigo, Portugal e Espanha congratularam-se com a aprovação de um novo modelo de exploração conjunta que permitiu um aumento da procura e do início do novo serviço previsto para 1 de julho de 2014, com a inclusão de três novas paragens comerciais em Viana do Castelo, Nine e Valença, sem haver lugar a troca de maquinistas na fronteira.

No que diz respeito ao transporte terrestre ambos Países congratularam-se com as negociações com vista à assinatura, dos Convénios sobre a Ponte Internacional do Guadiana e Ponte Internacional Rodo-Ferroviária de Valença.

Os Chefes de Governo congratularam-se com a apresentação do mapa ibérico de infraestruturas de transportes e incitaram as gestoras de infraestrutura a desenvolver os trabalhos de forma articulada.

Os Chefes de Governo, no seguimento do trabalho conjunto que tem vindo a ser desenvolvido, sublinharam a importância que assume o reforço das interligações da Península Ibérica ao resto da Europa através das redes de infra-estruturas energéticas e a fixação de um objectivo de interligações único e ambicioso até 2030, tendo em vista o pleno funcionamento do mercado interno de energia, o aumento da segurança e eficiência energética e o fim das "ilhas" energéticas na Europa, conforme acordado no Conselho Europeu de março de 2013, contribuindo para a descarbonização custo-eficiente do sector energético europeu. Neste sentido, acordaram também em colaborar para que o Conselho Europeu de Outubro acorde num Pacote Energia e Clima ambicioso e coerente.

Reiterando os compromissos assumidos nas últimas Cimeira luso-espanholas e com vista

à concretização do mercado interno de energia, ambos os Governos acordaram em dar início aos trabalhos com vista à criação de um Mercado Ibérico do Gás (MIBGÁS) nos próximos meses. Estes trabalhos deverão ser concretizados na criação imediata de grupos de trabalho técnicos e na preparação de um tratado internacional entre ambos os Países. A criação do MIBGÁS e a dinamização do Mercado Ibérico de Electricidade (MIBEL) posicionará a Península Ibérica como uma alternativa de abastecimento de energia custo-eficiente para a Europa. Com este objectivo, coincidiram na necessidade de agilizar a efetiva execução dos Projetos de Interesse Comum de Gás e Electricidade nas datas estabelecidas e de assegurar o necessário financiamento, incluindo a nível europeu.

Os Chefes de Governo congratularam-se pela evolução favorável do comércio bilateral e expressaram a sua confiança em que o investimento seguirá rapidamente o mesmo caminho. Acordaram em potenciar a cooperação empresarial, em particular em sectores como as infra-estruturas ou energia. No domínio do turismo, Portugal e a Espanha congratularam-se com a assinatura em abril do corrente ano de um Plano de Ações Conjuntas Para 2014 através do qual ambos os países se comprometem a unir esforços promocionais para captação de turistas de mercados intercontinentais, mediante a execução de um plano de promoção conjunto. Foi ainda sublinhado o papel essencial que o turismo representa nas relações económicas e de amizade entre os dois países. Ambas as partes acordaram na realização, no último trimestre de 2014, da Reunião da Comissão Mista Luso-Espanhola de Turismo.

Os Chefes de Governo expressaram o seu compromisso em continuar a frutuosa colaboração em matéria de Assuntos Sociais e Emprego, e comprometeram-se em aprofundar a cooperação em matéria de combate ao desemprego, designadamente o desemprego jovem, e em medidas ativas de emprego, bem como na área das condições de trabalho, promovendo, quando possível, ações conjuntas mais dinâmicas e eficazes. Comprometeram-se, igualmente, a colaborar em diferentes áreas, como segurança social e proteção social, economia social e empreendedorismo, promoção da natalidade e outras políticas dirigidas às famílias, bem como no combate à fraude, supervisão e controlo de subsídios.

Fizeram um balanço positivo da execução do Memorando de Cooperação e Assistência Técnica em Matéria de Emprego e Condições de Trabalho assinado no Porto em 2012 e do Memorando de Cooperação e Assistência Técnica em matéria de Política Social e Segurança Social assinado em Madrid em 2013 e concluíram que o trabalho realizado refletiu o esforço levado a cabo por ambas as Partes na concretização de diversas iniciativas, e que assim é do maior interesse continuar a trabalhar em conjunto no quadro do programa de trabalho acordado e desenvolver novos projectos. Com o objectivo de consolidar a cooperação em curso foi assinada uma Declaração Conjunta.

Os Chefes de Governo reafirmaram também a sua vontade de cooperar no quadro da aplicação da Diretiva 2011/24/UE relativa ao exercício dos direitos dos doentes em matéria de cuidados de saúde transfronteiriços com vista a uma gestão eficiente dos seus sistemas de saúde e garantir uma prestação de cuidados de saúde de qualidade. Neste âmbito, consideraram importante identificar áreas com potencial para a criação de centros de referência comuns, sinergias, competências e de recursos partilhados, e para a coordenação e racionalização dos recursos disponíveis, e da oferta para a prestação de

cuidados de saúde nas zonas fronteiriças, com especial enfoque para a prestação de cuidados de natureza urgente/emergente.

Exprimiram assim a sua satisfação pela assinatura de um Memorando de Cooperação Técnica no Domínio da Saúde entre o Ministério da Saúde do Governo da República Portuguesa e o Ministério da Saúde, Serviços Sociais e Igualdade do Governo do Reino de Espanha, como mostra da vontade de ambos os países em aprofundar a cooperação no quadro da legislação nacional que aplica a Diretiva 2011/24/UE.

Sublinharam a relevância do Acordo-Quadro sobre Cooperação Transfronteiriça em Saúde, e respectivo Acordo Administrativo, ambos assinados em Zamora em 22 de janeiro de 2009, e reiteraram a importância da celebração de protocolos de cooperação transfronteiriça em matéria de saúde. Nesse sentido, congratularam-se pelos esforços desenvolvidos pela Administração Regional de Saúde do Norte de Portugal e a Comunidade Autónoma da Galiza na conclusão de um desses protocolos.

Consideraram ainda como necessária a partilha de informação na área dos preços e participações de medicamentos, sobretudo em relação àqueles com forte impacto para a sustentabilidade dos Sistemas de Saúde dos dois Estados.

Ambos os Chefes de Governo reiteraram o seu empenho na aplicação da Convenção de Albufeira, instrumento de particular relevo para a proteção das águas e dos ecossistemas que delas dependem e, congratulando-se com os resultados da XVII Reunião Plenária da Comissão de Acompanhamento da Convenção de Albufeira que decorreu a 18 de dezembro de 2013 em Madrid, sublinharam a evolução positiva dos trabalhos conducentes a um planeamento conjunto no contexto do segundo ciclo dos Planos de Gestão de Bacia Hidrográfica.

Os Chefes de Governo exprimiram a sua satisfação com a declaração dos Reitores das Universidades Portuguesas e Espanholas reunidos a 7 e 8 de abril em Braga. Neste contexto, manifestaram a sua vontade de trabalhar em conjunto para aprofundar a cooperação no ensino superior com vista à afirmação da Península Ibérica como um espaço de referência e internacionalmente atrativo para a formação superior, investigação científica e inovação. Os dois Chefes de Governo concordaram que este deverá ser um tema prioritário da próxima Cimeira Luso-Espanhola.

No que diz respeito ao Instituto Ibérico de Nanotecnologia luso-espanhol, com sede em Braga, ambos os Países concordaram em explorar a possibilidade de facilitar a participação da Galiza e da Região Norte de Portugal naquela instituição científica através dos respectivos Estados.

Os Chefes de Governo reafirmaram ainda importância do Diálogo 5+5 e exprimiram satisfação com os resultados da XI Reunião de Ministros dos Negócios Estrangeiros que teve lugar em Lisboa, no passado dia 22 de maio, sob co-Presidência portuguesa e mauritana, e da segunda edição do Fórum Económico, organizado conjuntamente com a União para o Mediterrâneo, que teve lugar à margem daquela reunião.

Congratularam-se com a nomeação de Rebeca Gryspan como Secretária-Geral Ibero-americana cujo mandato tem início no momento em que decorre um importante processo de reforma da CIB visando torná-la mais influente e eficiente.

Ambos os Chefes de Governo exprimiram satisfação com a realização das eleições presidenciais na Ucrânia, que traduzem as aspirações democráticas do povo ucraniano, e apelaram a todas as partes para que respeitem os resultados daquelas eleições e contribuam para o desanuviamento da situação, em especial no Leste do país. Reafirmaram o apoio à soberania e integridade territorial da Ucrânia e consideraram estarem reunidas as condições para proceder às necessárias reformas económicas e políticas, encorajando assim as autoridades da Ucrânia a prosseguir um diálogo interno e inclusivo, num espírito de pacificação, estabilidade e reconciliação.

Ambos os Chefes de Governo exprimiram a sua vontade em colaborar em conjunto para que a UE dê a devida atenção política aos vizinhos da margem sul do Mediterrâneo por forma a garantir que a Política Europeia de Vizinhança seja um instrumento eficaz que permita acompanhar as necessárias reformas políticas, económicas e sociais com o objectivo de criar um espaço de prosperidade e boa vizinhança baseado em valores comuns e caracterizado por relações estreitas e pacíficas fundadas na cooperação.

Os Chefes de Governo tomaram nota das conclusões do IV Fórum Parlamentar que teve lugar a 26 e 27 de maio em Vidago. Manifestaram ainda a sua satisfação com o Encontro Empresarial Luso-Espanhol que teve lugar à margem da Cimeira cujas conclusões foram apresentadas de forma conjunta pela Confederação Empresarial de Portugal (CIP) e pela Confederação das Organizações Empresariais (CEOE).

A próxima Cimeira terá lugar em Espanha em 2015 num local ainda por definir.